

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

DOI: 10.5281/zenodo.18101337

Ana Claudia Gonçalves Araujo

Pós-graduanda em Ciencias de la Educación pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales de Asunción/PY.
E-mail: anaclaudiatarefas@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo compreender e analisar o sistema de inclusão de crianças autistas no primeiro ano do Ensino Fundamental, bem como avaliar se as ações pedagógicas com esses alunos são efetivamente atividades inclusivas. A abordagem metodológica baseia-se em uma pesquisa de caráter bibliográfico, com análise de artigos, livros, registros legais e autores que abordam o tema com relevância, como Mantoan (2003), Gardner (2011), Tedesco (2010), Baptista (2002), Nunes (2008), Brasil (2008), Morina (2010), entre outros. Entende-se que a inclusão representa uma abordagem fundamental para tratar com as diferenças, ao reconhecer e respeitar os limites e personalidades singulares de cada pessoa. Valoriza-se a relevância do conhecer e da implementação de metodologias pedagógicas que encontrem às diferentes formas de aprender, fazendo necessário a formação continuada dos educadores que trabalham pessoalmente com esses alunos. Assim, embora a inclusão esteja presente, é imprescindível um agir, um fazer mais crítico e criterioso para que de fato aconteça o desenvolvimento social e cognitivo do aluno autista. Ações pedagógicas que reconhecem e respeitem a singularidade do estudante autista são fundamentais para o êxito desse processo de ensinar e incluir.

Palavras-chave: Práticas Inclusivas. Ensino Fundamental. TEA.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o procedimento de inclusão de crianças autistas no primeiro ano do ensino fundamental, e também as estratégias utilizadas para que essas crianças não apenas se sintam parte do contexto escolar, mas também tenham seu aprendizado efetivamente garantido.

As intervenções realizadas com crianças autistas no contexto escolar ainda demandam aprofundamento em análises e buscas, além de dedicação contínua e atualização de informações no que refere aos professores, com o propósito de promover ações pedagógicas eficientes e inclusivas. O transtorno do espectro do autismo (TEA) constitui um grupo de síndromes neuropsiquiátricas caracterizadas por disfunções no desenvolvimento cerebral, que impactam habilidades sociais, de comunicação e comportamentais. Segundo César (2015), aproximadamente 70 milhões de indivíduos no mundo apresentam TEA, representando cerca de 1% dos habitantes global. Observa-se que, independentemente do ambiente coletivo ou

escolar, as pessoas com TEA frequentemente não recebem a inclusão adequada, o que prejudica suas chances de avanço cognitivo e social, dificultando o enfrentamento e a superação de suas dificuldades.

O primeiro ano do ensino fundamental representa um período fundamental para a evolução cognitiva e social da criança, sendo nesta etapa que ocorrem as interações, a difusão da diversidade entre os colegas e o início do sistema de alfabetização, que constitui o alicerce para o progresso acadêmico subsequente. Nesse estágio do desenvolvimento, é importante conceituar estratégias e ações pedagógicas que envolvam e estimulem o interesse das crianças, especialmente aquelas com transtorno do espectro do autismo (TEA). Assim, todos os alunos têm o direito ao ingresso à educação de qualidade, possuindo ou não alguma necessidade educacional, merecendo respeito as suas particularidades ou maneiras de aprendizagem, cabendo à escola e aos educadores promover ações inclusivas que favoreçam seu desenvolvimento integral. A inclusão representa uma abordagem essencial para relacionar-se com a multiplicidade, ao reconhecer e respeitar as aptidões, dificuldades e singularidades únicas de cada sujeito, valorizando a relevância do entendimento e a efetivação de metodologias pedagógicas que acolham às diferentes formas de aprender.

Assim, ao longo desta investigação, buscou destacar a relevância da inclusão de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no espaço da escola, suas dificuldades, as enfrentadas pelos educadores no progresso do desenvolvimento dessas crianças. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para apresentar definições dos principais conceitos, fundamentada em literatura de autores reconhecidos, além de consultar revistas acadêmicas e sites especializados no tema abordado, como “Inclusão” e “Autismo” (TEA - Transtorno do Espectro do Autismo).

2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao abordar este tema, é fundamental ancorar-se em uma base teórica sólida, através de leituras, análises e reflexões aprofundadas em referenciais teóricos relevantes que discorrem sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares. Compreender como ocorre essa inclusão é primordial para possibilitar o avanço social e cognitivo dessas crianças de forma eficaz, explorando as ações pedagógicas, recursos inclusivos que são usados e implementados para apoiar, seus aprenderes e seu

desenvolvimento.

2.1-CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A Educação Inclusiva tem se afirmado como uma estratégia pedagógica que busca assegurar o correto, que são todas as crianças à aprendizagem conjunta, valorizando suas diferenças e propiciando a participação integral na comunidade escolar. Diz Mantoan (2003), a inclusão constitui um produto que objetiva atestar a entrada, a permanência, a interação e o êxito de todos os estudantes na escola comum, reconhecendo a diversidade como uma fonte de enriquecimento e não como um obstáculo. Nesse contexto, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no primeiro ano do ensino fundamental evidencia uma demanda significativa e representa um direito de possibilitar uma educação mais justa, inclusiva e social.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica caracterizada por dificuldades no desenvolvimento social, na comunicação e no comportamento. Essa condição apresenta uma grande pluralidade de manifestações clínicas e níveis de severidade, refletindo a heterogeneidade do espectro autista. Conforme Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido por déficits na interação social e por padrões restritos, repetitivos e inflexíveis de comportamento. Essas particularidades reivindicam uma abordagem pedagógica especializada, que pondere as exigências únicas de cada criança, implementando metodologias de ensino que promovam sua inclusão plena e participação no contexto educativo.

Diversos autores de renome evidenciam a relevância de uma perspectiva pedagógica centrada nas necessidades do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Gardner (2011) discorre que a inclusão de crianças com limitações especiais precisam planejar após o reconhecimento de suas potencialidades, e não somente de suas limitações. Assim, o foco deve estar na potencializado nas competências e no avanço de capacidade, propiciando um cenário escolar acolhedor e flexivo às suas particularidades. Nesse intere, a capacitação do professor assume papel fundamental. Segundo Tedesco (2010), professores necessitam estarem aptos para trabalhar com as diferenças, adotando práticas pedagógicas flexíveis e inovadoras que respondam às especificidades de qualquer estudante.

No primeiro ano do ensino fundamental, a integração de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer uma atenção especial, dado que essa etapa representa um período fundamental de evolução sociocognitivo e emocional. Conforme Vasconcelos (2014), a entrada na escola constitui uma fase de transição significativa, onde o aluno necessita de alicerce correto para se adaptar ao novo ambiente e às rotinas escolares. Para que essa transição seja efetiva, é imprescindível que a unidade escolar implemente práticas pedagógicas inclusivas, envolvendo de forma cooperativa a equipe escolar, a família e a sociedade, promovendo um universo acolhedor e adequado ao desenvolvimento integral do estudante.

A adaptação do currículo e a utilização de recursos pedagógicos específicos representam estratégias fundamentais nesse cenário de inclusão. Conforme Lima (2015), a elaboração de planos de ensino individualizados, que considerem as potencialidades e dificuldades de cada criança, constitui uma ação substancial para possibilitar uma inclusão efetiva. Ademais, a incorporação de recursos visuais, tecnologias assistivas e atividades lúdicas contribuem significativamente para facilitar a comunicação e o comprometimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar.

Outro fator de suma importância é o aperfeiçoamento constante dos docentes, o qual deve abordar temas relacionados às particularidades do TEA, às estratégias de intervenção e às metodologias inclusivas. Segundo Souza (2014), o aperfeiçoamento do professor constitui um elemento-chave onde a escola possa ofertar um ensino de qualidade e igualitário, especialmente para aqueles que apresentam necessidades especiais. Desse modo, os educadores se sentem seguros, dedicados e capacitados para promover um ensino equitativo, de entendimento respeitando as individualidades de toda criança.

Portanto, a educação inclusiva constitui um direito fundamental que busca assegurar o acesso à educação para os alunos, não se importando com suas diferenças individuais. Nesse cenário, a inclusão de alunos autistas em escolas comuns/regulares configuram-se como uma provocação que exige uma análise teórica e prática robusta e bem fundamentada. A educação inclusiva assenta-se no princípio de que todos os alunos possuem o direito a um ensino de qualidade, respeito às particularidades ou necessidades específicas, o que requer uma transformação paradigmática na maneira como as instituições escolares e os docentes a borda na diversidade estudantil. Vê-se que a inclusão transcende a mera presença física dos alunos

nas salas de aula, engloba também a cooperação ativa e significativa no processo de ensino-aprendizagem, promovendo assim uma verdadeira integração e valorização das diferenças.

3- A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

A relevância da inclusão de crianças com espectro autista no ensino fundamental transcende a dimensão do aprendizado, estendendo-se às experiências de interação social e à sua inserção na sociedade. É imprescindível promover a participação dessas crianças em ambientes com seus pares, com o propósito de favorecer a superação dos medos, ansiedades e barreiras emocionais, propiciando para o acréscimo de capacidades sociais e também a edificação de uma identidade mais segura e integrada em diversos espaços. De acordo Ponce e Abrão (2019), reitera que a inclusão, além de contemplar aspectos pedagógicos próprio relacionados as questões de ensino-aprendizagem, promove uma experiência de aprendizagem mais ampla/completa, que se concretiza através do contato com seus pares e pela vivência em ambientes que apresentam novas perguntas e obstáculos para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É viável analisar a relevância da inclusão que sobressai ao desenvolvimento acadêmico dessas crianças, e também sua integração social para o fortalecimento de habilidades de convivência com diferentes indivíduos, contribuindo para uma formação mais integral e socialmente contextualizada.

Por essa razão, torna-se fundamental promover a inclusão, considerando e respeitando as singularidades e potencialidades de cada indivíduo, de modo a favorecer a integração social. Essa abordagem possibilita a construção de uma rotina diária estruturada, a qual é de suma importância para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo para a gestão de conflitos, emoções, bem como para o desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais. Diz Ponce e Abrão (2019, p. 12) “o maior problema da inclusão não diz respeito à impossibilidade de manter o aluno com Transtorno do espectro autista na escola regular e sim a necessidades dos professores estarem preparados para recebê-los”. A preparação dos professores é necessária para compreender as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no primeiro ano, bem como, nos outros anos iniciais da escola. O domínio de conhecimentos específicos que os docentes tem constitui um fator determinante para o êxito do aprender, pois estando eles, os educadores devidamente capacitados podem implementar estratégias pedagógicas adequadas às especificidade de cada criança, elaborando

planos de aula contextualizados e inclusivos. Essa formação especializada potencializa a criação de um contexto/espço de ensino mais equitativo, promovendo o crescimento global dos alunos com TEA.

É reconhecido que, para que um educador possa desempenhar suas funções de maneira eficiente em ambiente escolar, é importante que tenha concluído sua formação em nível de licenciatura. Contudo, essa qualificação acadêmica isoladamente não assegura a competência necessária para trabalhar com estudantes com deficiências, sendo crucial um aprofundamento em conhecimentos especializados de educação inclusiva. Essa formação técnica específica deve ser integrada à formação inicial, colaborando para a preparação do professor no atendimento às procuras de toda a diversidade infantil, independentemente de apresentarem ou não alguma condição atípica.

Devido à insuficiência de formação especializada, percebe diversas dificuldades enfrentadas pelo corpo docente, como adaptação pedagógica de alunos com deficiência, a abordagem adequada, a promoção de uma inclusão efetiva para todos os alunos e outros obstáculos inerentes à rotina escolar. Essas questões representam desafios consideráveis, muitas vezes decorrentes da insegurança quanto às estratégias mais apropriadas para atuar diante de cada estudante. Todavia, a obtenção de entendimentos específicos potencializa a ação da atividade docente, possibilitando o progresso de trabalhos pedagógicos mais assertivos e resultando em melhores indicadores de aprendizagem e inclusão dos estudantes.

De acordo Mantoan (2003) é fundamental que aconteça trocas e diálogos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e as crianças ditas “normais”, para que de fato eles vivam imbuídos no espaço escolar. Assim, cumprindo com que cada aluno com deficiência consiga se interagir, rompendo preconceitos, ultrapassando suas limitações e tendo uma convivência respeitosa e afetuosa com todos.

Independentemente da criança possuir ou não alguma deficiência, ela possui o direito fundamental à inclusão social, especialmente no espaço escolar. Tal inclusão implica na participação ativa em atividades cotidianas, promovendo a troca, a integração, mediante adaptações específicas que respondam às precisões de cada sujeito. Respeitar os limites e as diferenças de cada criança, garantindo uma convivência inclusiva, equitativa e respeitosa.

A relação entre os alunos na escola são fundamentais para o crescimento e evolução gradual do respeito e da aceitação mútua. Para isso, é importante o envolvimento colaborativo da família e da escola, promovendo orientações que favoreçam a percepção e a atenção às

diferenças e individualidades de cada estudante. Compreende-se que ações de pequena escala, realizadas cotidianamente, promovam para a consolidação de vínculos e para a edificação de um espaço seguro e receptivo para as crianças autistas. A realização de práticas inclusivas, que propiciem entendimento do que significa ser diferente e a relevância da inclusão, tende a criar um cenário de harmonia, onde todos possam conviver respeitosamente, apesar das características, limitações ou habilidades de cada ser humano.

4-A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA REGULAR

A inclusão da criança autista no primeiro ano do ensino fundamental na escola regular constitui uma inquietação de significativa preocupação, uma vez que muitas escolas não estão adequadamente estruturadas para receber essa demanda. Essa insuficiência se manifesta tanto na infraestrutura física, que não dispõe de maneiras corretas para acolher alunos com diferentes necessidades, quanto na escassez de profissionais qualificados aptos a promover o alicerce essencial. Nesse contexto, é relevante dizer que, no Brasil, a legislação garante o direito à matrícula de estudantes autistas na rede regular de ensino, de acordo com o previsto no Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Reconhece a educação especial como uma modalidade a ser oferecida, preferencialmente, na rede regular. Assim, torna-se imprescindível promover a integração afetiva do indivíduo, para facilitar sua convivência e participação plena no meio social.

Todavia a Lei nº 9.394/1996 estabelece que a matrícula dessas crianças sejam realizada “preferencialmente” em escolas regulares de ensino, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, que fala das instruções nacionais para a educação especial na educação básica, define, no artigo 2º, que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às instituições escolares organizar-se de modo a atender às necessidades educacionais específicas desses alunos, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

Frente ao descrito, percebe-se que essa resolução pressupõe a estruturação, da educação onde há um setor dedicado à educação especial, e também a inclusão desses estudantes na sala de aula do ensino regular, de maneira a promover condições favoráveis para a aprendizagem e ao desenvolvimento social.

Dessa maneira, as descobertas, as habilidades, as capacidades infantil acontecem através da aptidão de estabelecer vínculos e interagir entre si, como consequência, essas interações influenciam tanto as relações entre crianças da mesma faixa etária quanto entre indivíduos de idades distintas. É importante que o educador desenvolva atividades lúdicas, individual ou coletiva, levando em consideração as dificuldades singulares de cada criança, além de estimular a cooperação, as vivências entre elas.

No mencionado de Cavalcante (2006, p. 164), diz; “O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola”. Sendo então, o objetivo das atividades realizadas na rotina da escola devendo estar alinhado ao projeto político-pedagógico elaborado pelos professores e alunos, visando a obtenção de resultados de aprendizagem e desenvolvimento. Como parte dos esforços para superar as demandas relacionadas à inclusão escolar de estudantes da educação especial, em 2008, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Uma das inovações desse documento foi a especificação dos indivíduos que compõem o público-alvo da educação especial, incluindo indivíduos com transtorno do espectro autista, síndromes associadas ao espectro autista e psicose infantil.

Entende-se que incluir perpassa a simples ação de integrar pessoas com necessidades especiais, buscando atestar que todos tenham oportunidades de acesso equitativas ao sistema de ensino. Diversos fatores contribuem para esse ingresso, promovendo uma participação abrangente e efetiva de todos os sujeitos no parâmetro educativo.

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. (MORÍNA, 2010, p. 17)

A fim de que a inclusão de alunos TEA no primeiro ano do ensino fundamental, ocorra de maneira genuína, é imprescindível que sejam promovidas transformações substanciais no processo de ensino, com o propósito de oferecer um conteúdo equitativo e inclusivo. Essa transformação deve envolver a colaboração integrada entre docentes, estudantes, familiares e a sociedade, promovendo uma abordagem participativa e coordenada para afirmar a efetiva inclusão.

5-PRÁTICAS EDUCATIVAS E ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS

De forma geral, observa-se que as escolas públicas vêm passando por processos de adaptação e implementação de ações pedagógicas inclusivas, com o objetivo de atender de maneira adequada e equitativa alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas ações visam promover um ensino de eficiência, que possibilite o desenvolvimento global desses sujeitos, possibilitando a obtenção capacidades cognitivas, socioemocionais fundamentais para o seu pleno potencial. É imprescindível que a aprendizagem seja acompanhado de metodologias que favoreçam a adaptação das rotinas escolares, promovendo a liberdade do estudante autista e facilitando a conquista de resoluções. Ressalta-se que a evolução do estudante com TEA tem como meta principal ampliar sua autonomia, enriquecer suas capacidades de interação social e proporcionar maior segurança na resolução de atividades cotidianas. Além disso, busca-se melhorar todos os ambientes em que a criança está inserida, seja no ambiente familiar ou escolar, promovendo uma inclusão efetiva e uma participação mais ativa na sociedade, com suportes e abordagens multidisciplinares e fundamentadas em evidências científicas. Assim, diz BAPTISTA, 2002:

Acreditamos que a convivência escolar compartilhada, naquela que tem sido chamada “escola inclusiva”, possa favorecer mudanças éticas relativas ao trato com as diferenças. Esse pode ser um dos efeitos associados ao convívio: a construção de uma nova base ético-cultural (BAPTISTA, 2002, p.128).

Neste cenário escolar, a existência de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) suscita diversas inquietações relacionadas ao modo de ensinar e aprender sendo indispensável a capacitação contínua e especializada dos docentes bem como os demais servidores da equipe educativa, tanto aqueles que atuam diretamente quanto os que exercem funções de apoio indireto, com intuito de promover práticas pedagógicas adaptadas às demandas únicas dessas crianças, e também as estratégias de ensino diferenciadas que favoreçam a inclusão social, cognitiva e emocional e a idealização da identidade integrada e socialmente participativa.

Desse modo, é fundamental o envolvimento responsável e comprometido na realização da análise diagnóstica, de maneira a assegurar que o aluno, afastado do ambiente familiar, possa experienciar um campo de acolhimento, respeito e inclusão. Além disso, o planejamento de ensino deve ser cuidadosamente flexibilizado atendendo as exigências

únicas do estudante com TEA, e assim viabilizar a execução de atividades significativas e acessíveis. É relevante salutar que os atos pedagógicos e de intervenção devem ser conduzidas com participação, promovendo uma abordagem interdisciplinar que considere a prosperidade global do estudante, tanto na esfera escolar quanto no ambiente extraclasse. Assim, a parceria entre família e escola equipe pedagógica torna-se essencial para fomentar o aprendizado, a socialização colaborando para o enriquecimento de uma teia de apoio que favoreça o crescimento harmonioso e o envolvimento pleno do aluno na sociedade.

Diz Nunes (2008, p.4):

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais.

Percebe-se que, quando o professor adota estratégia pedagógica voltada para a inserção de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), a compreensão permite a adaptação de laborações pedagógicas de forma individualizada e contextualizada, promovendo o desempenho ativo de todos os alunos. Sendo também importante, que o docente articule estratégias de intervenção que favoreçam o crescimento total, utilizando metodologias e recursos didáticos diversificados, de maneira a sistematizar suas atividades pedagógicas. Dessa maneira, a ação do professor torna-se eficiente no progresso de um cenário de aprendizagem equitativo, onde a diversidade seja reconhecida como uma potencialidade, cooperando para a evolução social, emocional e cognitivo de todos os estudantes.

Assim, VIGOTSKI, 1989, diz:

A tarefa da escola, em poucas palavras, consiste em não adaptar-se à deficiência, mas sim em vencê-la. A criança com retardo mental necessita mais que a normal que a escola desenvolva nela os processos mentais, pois, entregue a sua própria sorte, ela não chega a dominá-los (VIGOTSKI, 1989, p. 119)

Compreende-se que o educador necessita estar atentos às manifestações do estudante, observando aspectos como a articulação motora, a socialização e os gestos comunicativos, considerados processos essenciais para a evolução e progresso desses alunos no espaço da

escola. Essas observações permitem um entendimento mais aprofundado das competências e dificuldades do estudante. Além de que, a atenção a esses aspectos favorece a identificação precoce de possíveis necessidades de suporte especializado, promovendo uma estratégia pedagógica centrada na acessão da autonomia, na adaptação e interesse fundamentais para o desenvolvimento do potencial de cada estudante. Para Oliveira (2015, p. 26) “o processo de adaptações, considerar o interesse desses alunos, bem como os conhecimentos e habilidades já dominados por eles como ponto de partida para a prática educativa.”

As metodologias e ações empregadas representam demandas essenciais, pois possibilitam a atenção individualizada e a interação do estudante com transtorno do espectro autista (TEA), promovendo também estratégias de estímulo que favoreçam a atuação ágil na realização das atividades propostas. Nesse contexto, é fundamental a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e sensoriais que sejam cientificamente fundamentados e que apresentem potencial comprovado para possibilitar de maneira eficaz para o melhoramento cognitivo, socioemocional dos alunos com TEA. A seleção adequada desses recursos precisam levar em consideração as características de cada criança, propiciando um cenário de aprender inclusivo, acessível e estimulante, capaz de potencializar suas capacidades e minimizar dificuldades, promovendo avanços totais e a independência do estudante.

Entende-se ser primordial que os docentes elaborem planos de aula inovadores e atrativos, incorporando recursos pedagógicos lúdicos e multisensoriais, com o propósito de promover a atenção e a interação, comprometimento dos alunos, especialmente daqueles com transtorno do espectro autista (TEA). Desse jeito, a efetivação de atividades dinâmicas e interativas favorece a cooperação, o desempenho vivo, possibilitando um contexto de ensino - aprendizagem mais acessível, motivador e flexibilizado às necessidades únicas do estudante autista, facilitando a superação de obstáculos e potencializando os avanços de competências e socialização.

Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também, são matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (BRASIL, 1994 p. 19)

Assim, a colaboração integrada é de suma importância para o desenvolver sociocognitivo do estudante com autismo. Ademais, a ação educativa cooperativa colabora para a inclusão do aluno autista, promovendo interação facilitando o aprender globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, a partir desta pesquisa, que a inclusão escolar vem ocorrendo de maneira progressiva e sistemática em todos os períodos do currículo educacional. A interação dinâmica entre a família e escola favorece o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e comportamental do aluno autista, promovendo uma vivência de aprendizagem mais tranquila e eficaz. As trocas comunicativas, a socialização e o ambiente escolar constituem fatores cruciais para a edificação de uma organização de suporte que potencializa as intervenções educativas. Assim sendo, as junções pedagógicas e as dinâmicas de cooperação entre escola e família são essenciais para possibilitar o desenvolvimento global do estudante, alinhando-se às teorias de inclusão e às práticas baseadas em evidências que visam promover um ensino equitativo e flexivo às necessidades particulares de cada estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Compreende-se que o professor e as suas atividades educativas aplicadas, devem ser a base para a geração e efetivação desse trabalho, para ultrapassagem dos objetivos da escola, dessa maneira, expandindo as atividades tornando-as significativas e agradáveis. Tendo sempre em mente que a família constitui a base biopsicossocial para que toda intervenção pedagógica seja feita com esmero, promovendo qualidade, equidade para o aluno, possibilitando-o em ser um cidadão preparado para ver o mundo sob outra ótica, conforme sua semântica, eliminando as dificuldades impostas na sua existência física, mental, emocional e social.

O educador e suas metodologias educacionais aplicadas devem constituir o alicerce essencial para a concretização de aprendizagens significativas. Essas metodologias devem promover a transferência de competências e habilidades não apenas no cenário escolar, mas para a vida cotidiana, ampliando a influencia da ação pedagógica de maneira que seja tanto relevante quanto motivadora. Dessa forma, possibilita-se ao estudante desenvolver competências cognitivas, socioemocionais e físicas, preparando-o para atuar como um cidadão crítico e consciente, capaz de interpretar o mundo ao seu redor, simultaneamente

busca eliminar ou minimizar as dificuldades impostas por suas condições de existência física, mental, emocional e social, promovendo uma formação integral e inclusiva.

Entende-se que diversas pesquisas bibliográficas podem ser exploradas de maneira aprofundada e crítica, proporcionando aos pesquisadores uma vasta gama de aprenderes científico acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa abordagem analítica possibilitou a ampliação do entendimento sobre as características neuropsicológicas, comportamentais e cognitivas do autista, fortalecendo as ações de inclusão escolar e possibilitando um ensino mais inclusivo, equitativa e baseada em evidências.

Pode-se dizer que, a inclusão e permanência de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante o primeiro ano do Ensino Fundamental demandam uma análise que transcenda o mero espaço escolar. É fundamental ir além da integração física, promovendo uma verdadeira inclusão que favoreça o progresso cognitivo, socioemocional. Nesse contexto, torna-se imprescindível a desconstrução de paradigmas tradicionais, a revisão de conceitos e ações educativas, bem como o conhecimento aprofundado das particularidades do estudante, incluindo seu ritmo de aprendizagem, limitações e potencialidades.

Conclui-se que as estratégias de aprendizagem voltadas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o currículo educacional precisa ser construído respeitando as adversidades presentes na escola devendo levar em conta as singularidades neuropsicológicas, respeitando o ritmo de aquisição de cada criança. Assim sendo, é notório que a preparação continuada dos educadores especializados, capazes de implementar estratégias pedagógicas inclusivas e adaptadas para esses estudantes, promovendo seu desenvolvimento sociocognitivo é de suma importância para a evolução destes alunos, bem como do ensino aprendizagem.

Referencias Bibliográficas

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C.(org.). **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. LDB nº 9.394/96, de 20/12/1996

_____. Resolução 2/2001 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), 2001.

_____. MEC/SEESP. **Política nacional de educação especial na perspectiva da**

educação inclusiva. Brasília, 2008.

_____. MEC. Manual de Orientação: **Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais.** Brasil, 2010.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.

CÉSAR, M. **Autismo afeta cerca de 1% da população.** SES – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 4:46, abril 2015. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/ajuda/story/6884-autismo-afeta-cerca-de-1-da->>. Acesso em: 01 ago. 2025

Gardner, H. (2011). **Múltiplas inteligências: teoria na prática.** São Paulo: Editora XYZ.

Lima, M. *Práticas pedagógicas inclusivas: elaboração de planos de ensino individualizados.* Revista Educação e Diversidade 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna, São Paulo, 2003

MORINA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v.s, n.1, jan/jul 2010.

NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista.** Publicado em 07 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4113/1/O-Pedagogo-Na-Educacao-Da-Crianca-Autista/pagina1.html>. Acesso em: 2 ago 2025.

OLIVEIRA, Laura Livramento da Silva de. **Grupo terapêutico com crianças autistas: uma aposta no sujeito.** Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial da Saúde 2018: Saúde Universal — Uma Saúde para Todos.** Genebra: OMS, 2018.

PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luis Ferreira. Transtorno do espectro autista e inclusão no ensino regular. **Revista Estilos da Clínica**, Volume 24, São Paulo, Brasil, 2019.

SOUZA, Calixto Júnior de. Entre o adaptar e o incluir: uma abordagem interdisciplinar da disciplina de educação física adaptada. Revista da Sobama, Marília, v. 15, n. 1, 2014.

Tedesco, J. C. (2010). *Título do livro ou artigo.* Cidade: Editora ou periódico.

VASCONCELOS, M. C. C.; MORGADO, J. C. B. C. Desafios à escolarização obrigatória: a inserção do homeschooling na legislação educacional no Brasil e em Portugal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2014. DOI: 10.21573/vol30n12014.50021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50021>. Acesso em: 01 ago. 2025.

VIGOTSKI, L.S. **Obras completas: FUNDAMENTOS DE DEFECTOLOGIA**. LA Habana: Editora Pueblo Y Educación, 1989. t.5.